



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

18,19 e 20 de agosto 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20/08/12
Assunto: País tem 30% das escolas em "alerta"		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

País tem 30% das escolas em "alerta"

Classificação feita com base no Ideb, divulgado na terça-feira, analisa desempenho de cada escola e aponta distorções em ranking

A rede pública de São Paulo teve em 2011 a 3.^a melhor nota do País no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) no ciclo 2 do Ensino fundamental, de 5^a à 8^a série, mas 30% de suas Escolas estão estacionadas, em estado de alerta: não avançaram na nota, não bateram suas metas e não chegaram ao Ideb 6 - a meta do País para 2021.

O percentual paulista é igual ao do Brasil. No País, 30% das Escolas dessa fase também estão em alerta. Nas unidades de 1.^a à 4.^a série, o quadro é um pouco melhor: são 20% nessa situação.

A classificação em níveis qualitativos, recém-criada pela Meritt Informação Educacional, oferece uma leitura mais adequada da qualidade das Escolas brasileiras.

"Precisamos comparar Escolas com elas mesmas. Ter duas Escolas com a mesma nota, por exemplo, não significa que estão na mesma situação", explica o diretor da Meritt Alexandre Oliveira.

Por isso, o método cruza três critérios da evolução das Escolas para entender melhor os dados do Ideb: crescimento no índice, cumprimento das metas para o ano e o Ideb 6. A combinação desses critérios coloca as Escolas em determinado nível qualitativo.

A divisão funciona assim: caso a Escola não tenha cumprido nenhum dos critérios, a situação é de alerta. Se pelo menos dois dos critérios foram cumpridos, a situação é de atenção.

Ter evoluído com a nota e ficado acima da meta, mesmo que abaixo de 6, é positivo e recebe a classificação manter.

Na classificação excelente estão as Escolas que cumpriram todos os critérios (mais informações nesta página).

A distribuição das Escolas entre os níveis mostra grandes desafios, principalmente na fase 2 do Ensino fundamental. Nas Escolas de 5^a à 8^a série, além de 30% em alerta, 7.584 estão em atenção. Ou seja, só evoluíram em um ou dois critérios. Dessas Escolas, metade só cumpriu a meta para aquele ano - sem evoluir.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No ciclo 1 do fundamental, de 1ª à 4ª série, há 27% das Escolas no nível de atenção - além dos 20% em alerta. A boa notícia é que 43% das Escolas (15.322 unidades) conseguiram crescer no Ideb e bater suas metas.

Contexto. Para o diretor da Fundação Lemann, Denis Mizne, é preciso entender o que acontece em cada Escola, sem perder de vista a análise das redes. "Entender a Escola contra ela mesma, levando em conta as regiões em que estão, é importante para entender a qualidade do Ensino naquele contexto", diz ele. "E você olha para as redes a partir das Escolas e descobre as políticas que estão dando certo. Não fica só na discussão das médias, que nos atrapalha."

As informações mais usuais do Ideb são ranking de Estados e cidades, que levam em conta a média entre as notas das Escolas. Mas valores médios podem esconder informações.

Nos anos finais do fundamental, de 5ª à 8ª série, apenas seis Estados não cumpriram as metas e somente quatro tiveram nota menor do que em 2009.

Mas, olhando para as Escolas, a situação é diferente: 17 Estados, mais o Distrito Federal, estão com 30% das Escolas no nível de alerta. Ao todo, 6.202 Escolas nessas unidades da federação não evoluíram no Ideb de 2009 a 2011, não cumpriram a meta e não chegaram à nota 6.

Disparidade. O exemplo de São Paulo é esclarecedor. Além das 1.466 Escolas (30%) que não saíram do lugar entre 2009 e 2011, outras 1.438 Escolas (29%) não cumpriram nenhum dos três critérios. Mais da metade só conseguiu se manter na meta.

"As melhores Escolas puxam a média para cima, conseguem tracionar as que estão mais distantes. As melhores contaminam a média", diz Oliveira.

Minas Gerais, por exemplo, tem a segunda maior rede do País e ainda assim tem uma distribuição mais positiva das Escolas nos níveis. Há mais Escolas nos melhores níveis do que nos preocupantes.

Santa Catarina também tem resultados positivo na classificação por níveis, assim como no ranking pela nota média. Nos anos finais, 58% das Escolas estão no nível manter.

Alterações. As diferenças entre a classificação por nível e o ranking Ideb aparecem em outros Estados. O Amapá, por exemplo, tem 58% das Escolas em estado de alerta e 18% em atenção. Com essa leitura, sua rede pública do ciclo 2 do fundamental aparece na pior posição do País, abaixo até de Alagoas - no ranking de índice Ideb, Alagoas é o último, com nota 2,6 e Amapá, fica na 20ª posição, com nota 3,5. Mas também não é motivo para comemorações em Alagoas. O Estado tem 424 Escolas públicas, 53% do total, em estado de alerta.

O Professor Cipriano Luckesi, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que o Ideb tem a capacidade de revelar o sistema de Ensino, mesmo que haja ruídos. "Quanto mais a população tiver acesso a análises, melhor", diz Luckesi, especialista em avaliação. "O Ideb ainda é recente e já começa a produzir efeitos. Há diretores focados, famílias cobrando. Com mais alguns anos, a situação tende muito a melhorar."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O recorte por níveis só foi possível no Ensino fundamental porque não há índices por Escolas do Ensino médio.

O Ideb da última fase da Educação básica só divulga as médias dos Estados.

Apenas 21 unidades crescem acima de meta para 2021

Escolas classificadas como excelentes representam 0,1% do total de unidades entre a 5^o e a 8^o séries

Apenas 21 Escolas de 5.^a à 8.^a séries de todo o Brasil podem ser classificadas como Excelentes, segundo a metodologia da Meritt Informação Educacional. Isso significa que apenas 0,1% das unidades de Ensino desta fase cresceram no Ideb, ficaram acima da meta e também com nota superior a 6, o objetivo do País.

No primeiro ciclo, de 1.^a à 4.^a série, a situação é bem melhor. Há no Brasil 3.840 Escolas com nível Excelentes, o que representa 11% do total.

A separação por nível não significa dizer que a Escola é de excelência no aprendizado, mas, sim, que ela tem feito um ótimo trabalho. Além disso, segundo Alexandre Oliveira, da Meritt, cria uma pressão boa para que Escolas continuem evoluindo. "O que uma Escola que avançou na nota, está acima de seis, deve fazer? Ela deve subir ainda mais", diz.

Além de pressionar as Escolas a manterem um comportamento de contínua melhoria, essa classificação expõe Escolas, cidades e municípios que se valem do tímido cálculo para evolução das metas.

Quando o Ideb foi criado, em 2007, as metas até 2021 já foram traçadas para as Escolas, cidades, Estados e para o Brasil. Mas elas também variam entre si. Apesar da meta para o Brasil como um todo ser 6, a meta da rede pública, por exemplo, é de 5,7 para 2021. "E essa nota 6 é a média que os países ricos tinham em 2007, quando foi criado o Ideb", completa Oliveira.

Como as metas não são recalculadas a cada edição, algumas Escolas, Estados e municípios ficam acima desse parâmetro sem obter nenhum avanço. A Escola de Aplicação da USP, em São Paulo, por exemplo, aparece em primeiro no Estado, com nota acima da meta, mas apresentou queda no Ideb entre 2009 e 2011.

Azuis. De tão pequenas, é quase impossível ver as faixas azuis de Excelente no gráfico que se refere a essa fase. O Estado com maior número de Escolas nessa faixa é São Paulo, com 7 Escolas - 0,1% do total do Estado. No Ensino fundamental 1, no qual as faixas azuis são mais presentes, Santa Catarina é a primeira, com 32% das Escolas de 1.^a à 4.^a série como excelentes.

Segundo a Professora Maria do Pilar Lacerda, ex-secretária de Educação básica do MEC, é necessário se "inspirar" nos anos iniciais do fundamental, no formato multidisciplinar dessa fase. "Se não houver um projeto radical para o Ensino fundamental 2, vai chegar a mais um Ideb e os Alunos continuarão sem saber o que precisam".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pilar defende o debate do índice à luz do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que traça metas de resultados e investimentos para a área e está em trâmite no congresso.

Ela defende que seja mantido o objetivo de reservar 10% do PIB para a Educação. "É preciso saber que Educação de qualidade custa muito caro."

O governo tenta derrubar os 10% aprovado pela Câmara, mas que ainda pode ser alterado. O próprio ministro da Educação, Aloizio Mercadante, não luta pelo percentual e diz que o País não tem condição de se comprometer com essa prioridade.



Veículo: O Estado de São Paulo

Editoria: Notas e Informações

Data: 20/08/12

Assunto: O MEC não sabe o que fazer

Página: A3

O ESTADO DE S. PAULO

O MEC não sabe o que fazer

A reação do governo ao resultado do Ideb de 2011, que mostrou a persistência do fiasco do ensino médio brasileiro, não causa surpresa. E, sendo o titular do Ministério da Educação (MEC) um político profissional, sem especialidade na área, os argumentos e propostas que apresentou para melhorar o ensino foram notáveis pelo simplismo, pela retórica e pela improvisação.

Para tentar vender a ideia de que o governo tem um plano bem definido de mudança do ensino médio, o ministro Aloizio Mercadante anunciou um projeto de reestruturação do currículo, que reagrupa as 13 disciplinas desse ciclo de ensino em quatro áreas: ciências humanas, ciências da natureza, linguagem e matemática. Com isso, em vez de receberem aulas específicas de biologia, física e química, os estudantes do ensino médio participarão de “atividades” que integrem esses conteúdos.

O ministro não esclareceu, contudo, quais serão essas atividades nem deixou claro como elas poderão, do ponto de vista pedagógico, assegurar aos alunos o domínio de conceitos, fórmulas e conhecimentos fundamentais no âmbito das ciências exatas e biológicas. Mercadante também não tratou de outra questão importante – as pressões corporativas que levaram à adoção de modismos pedagógicos, como a introdução de fi-

losofia e sociologia como disciplinas obrigatórias, fragmentando ainda mais os currículos. “Por isso, hoje o aluno sai (*da escola*) sabendo nada de tudo”, diz Priscila Cruz, diretora da ONG Todos Pela Educação.

Para o ministro, o reagrupamento das 13 disciplinas básicas do ensino médio em quatro áreas evitará a dispersão dos esforços dos estudantes, permitindo que tenham uma compreensão “mais integrada” das principais áreas do conhecimento. Segundo Mercadante, o projeto também permite que um professor de biologia ou química, em vez de ensinar a disciplina em três colégios, para garantir uma remuneração à altura de suas necessidades, passe a participar de um núcleo de ciências da natureza numa única escola. Mas o ministro não esclareceu como será feita a distribuição dos docentes em cada um dos núcleos e como fará para que o professor de uma disciplina aprenda a lidar com temas que não são de sua área de especialização.

Mercadante também anunciou que a aquisição de material didático para as escolas privilegiará as quatro áreas de disciplinas reagrupadas. Quase todas essas medidas não são novas. Algumas foram anunciadas há três anos pelo então ministro Fernando Haddad e adotadas em caráter experimental. Na época, o MEC enfrentou mais problemas administrativos do que imaginava, pois a responsabilidade pela rede pública de ensino médio é dos Estados.

Se cada região do País tem suas especificidades econômicas, sociais e culturais e se 97% das escolas de ensino médio são mantidas pelos Estados, não é lógico, nem viável, que um órgão federal adote diretrizes e políticas uniformes sem amarrar esse ciclo numa camisa de força. Há três anos, para estimular os governadores a aceitarem a federalização do ensino médio, o MEC prometeu repassar verbas às escolas que alterassem seus currículos.

Desde 2009, alguns pedagogos afirmam que essas medidas são positivas, mas precisam ser mais bem definidas e são difíceis de ser implementadas. Elas exigem a reorganização das escolas e, principalmente, a requalificação dos professores. Pelo projeto de Mercadante, os professores terão de programar as aulas em conjunto – e isso exigiria uma nova política salarial para a categoria. Quase todos os Estados pagam o professorado pelo número de aulas dadas e a tentativa de impor um mínimo de carga horária para atividades extra classe enfrenta a oposição de prefeitos e governadores.

O ensino médio precisa de mudanças radicais, mas o governo não sabe o que fazer. Também não sabe como superar a resistência dos Estados e municípios a inovações pedagógicas. E não quer promover um debate nacional do problema, pois sabe que isso levaria a uma avaliação crítica da gestão de Fernando Haddad, que certamente prejudicaria sua candidatura.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 19/08/12
Assunto: Alunos aprendem menos no fim do Fundamental		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Alunos aprendem menos no fim do Fundamental

Estudantes com desempenho mais alto ao término da 4ª série não conseguem o mesmo resultado na 8ª, indica análise da Prova Brasil

Os alunos que alcançam os melhores resultados nos anos iniciais do ensino fundamental (da 1.ª à 4.ª série) não conseguem manter o desempenho nos anos seguintes. Pelo contrário, os que têm as notas mais altas ao fim da 4.ª série são os que menos conseguem ter um bom rendimento até o final da 8.ª série.

A constatação é feita com base em uma análise comparativa entre os resultados obtidos na Prova Brasil pelos estudantes das redes públicas que estavam na 5.ª série em 2007 e na 8.ª em 2011. O recorte tem como premissa a ideia de que, se progrediram como o esperado e não deixaram o estudo, as duas avaliações foram feitas pelos mesmos estudantes.

Isso faz com que se questione a interpretação do governo de que a melhora geral no aprendizado dos alunos dos anos iniciais - como se observou no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011, divulgado na semana passada - fará com que a atual geração de estudantes chegue mais bem preparada e, conseqüentemente, aprenda mais no segundo ciclo do ensino fundamental. A longo prazo, diz o governo, a melhora repercutiria no ensino médio.

"Isso não se comprova. Os números mostram que nas redes em que os alunos ingressam mais preparados - mas ainda sem todas as habilidades esperadas para o final do primeiro ciclo - os anos finais têm agregado menos", resume Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, que fez a tabulação dos dados.

"Um melhor resultado nos anos iniciais tem mais modificado o formato da curva de crescimento que promovido um grande impacto sobre as habilidades que o aluno domina ao final do ensino fundamental."

É o que se observa na rede pública do Distrito Federal. Em 2007, nos anos iniciais, os alunos tinham as maiores notas de português e matemática do Brasil. Em 2011, quando esses mesmos estudantes chegaram ao fim do fundamental, os resultados mudaram radicalmente. Foram eles os que menos agregaram aprendizado: subiram apenas 43 pontos em matemática e 52 em português.

Muito pouco, se forem considerados os parâmetros de progresso estabelecidos pela ONG Todos pela Educação, que preveem um acréscimo de 75 pontos do primeiro para o segundo ciclo do ensino fundamental.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nenhum Estado alcança esse índice de crescimento. O que fica mais perto é exatamente o que tinha as piores notas em 2007: o Rio Grande do Norte. O crescimento foi de 63 pontos em matemática e 74,5 em português. Com o crescimento, os alunos conseguiram, no fim do fundamental, o que era para ter sido obtido já nos anos iniciais.

"Isso mostra que sempre é mais fácil melhorar quando você está ruim demais", sintetiza Paula Louzано, professora da Faculdade de Educação da USP. Para ela, é exatamente esse o ciclo que mais merece atenção. "O ensino médio não está bom, mas o foco prioritário deve ser os anos finais do fundamental porque, como os dados mostram, chegar preparado não é garantia alguma de que se agregará mais."

Mesmo porque, se forem analisadas as cidades isoladamente, encontram-se casos de municípios que tinham bons resultados em 2007 e, na comparação com 2011, retrocederam.

Em Taquarivaí (SP), o desempenho em matemática dos estudantes nos anos finais foi 52 pontos menor que o que obtida, em 2005, pelos alunos dos anos iniciais. Na Barra do Chapéu, também no interior paulista, a defasagem foi de 35 pontos.

Causas. A queda na evolução do aprendizado se deve a várias razões. Um dos motivos, sugerem especialistas, é que a transição do primeiro para o segundo ciclo é complexa e coincide com a adolescência.

"O estudante está em uma idade sensível e troca o dia a dia que tinha, com a sala de aula com um professor polivalente, por uma nova rotina com vários docentes e muitas disciplinas", explica Isabel Santana, gerente da Fundação Itaú Social. Somado a isso, acrescenta Isabel, pode haver conhecimento da disciplina, mas despreparo didático dos professores dos anos finais. "Talvez eles tenham uma técnica mais apurada, já que têm formação específica, mas lhes falte o preparo metodológico do pedagogo."

Por fim, afirma Faria, a queda no aproveitamento pode refletir uma inconsistência da formação inicial desses estudantes, mesmo nas redes que conseguem os melhores resultados.

Esses sintomas foram diagnosticados no Distrito Federal e, para que o ritmo de crescimento não diminua tão fortemente, a Secretaria de Educação tem apostado na formação de docentes ao mesmo tempo em que examina os vácuos no conteúdo dos anos iniciais. "Estabelecemos essas medidas porque vimos o quanto perdemos de um ciclo para o outro. Acreditamos que veremos resultados no próximo Ideb", disse a subsecretária de Educação Básica, Sandra Zita.

No Rio, notas de escolas sobem com ensino integral

o Rio, o Ideb dos anos finais da Escola Municipal Orsina da Fonseca, na Tijuca, zona norte, saiu de 3,2, em 2009, para 6,2, em 2011. Quase o dobro. O mesmo aconteceu com a Escola Municipal Rivadavia Correa, no centro, em que o salto foi de 3,5 para 6,1.

Uma melhora para a qual a secretária de Educação do município, Cláudia Costin, tem a explicação na ponta da língua: "Elas fizeram parte do Ginásio Experimental".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O programa-piloto, implementado em dez escolas no ano de 2011, nasceu exatamente para ajudar os alunos dos últimos anos do fundamental. Nessas unidades, os alunos estudam em horário integral, têm mais tempo de aulas de português, matemática, ciências e inglês e contam com professores em dedicação exclusiva. Isso além do acompanhamento de um professor-tutor, que os auxilia na construção de um projeto de vida.

Das dez escolas que integraram o programa, quatro ficaram na lista das dez com Ideb mais alto no município. "Se considerarmos a data em que a Prova Brasil foi aplicada em 2011, o aumento expressivo do Ideb é resultado de apenas oito meses de aula nesse formato", diz Cláudia.

Neste ano, mais nove escolas foram acrescentadas ao projeto e a meta é que 100% da rede - que tem 415 escolas de ensino fundamental 2 e 237,5 mil alunos no ciclo - funcione em período integral até 2020.

Gradual. Ao mesmo tempo em que ocorre o programa-piloto, as outras escolas da cidade também passam por modificações.

Desde 2011, o novo modelo de ensino para as escolas dos anos finais do ensino fundamental ganhou o nome de Ginásio Carioca e vem sustentado no uso das novas tecnologias (portal de aulas digitais) e com materiais didáticos estruturados por apostilas de conteúdo e exercícios.

O currículo foi definido com base nos conteúdos exigidos pelo Pisa - avaliação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mede os conhecimentos de português, matemática, ciências e redação dos jovens de 15 anos. Em parte dessas escolas, há uma modificação importante na 5.^a série: em vez da divisão de matérias e da existência de vários professores, os alunos continuam mais este ano com um docente polivalente.

"Como eles ainda são muito novos, têm cerca de 11 anos, prorrogar por um ano a estadia deles com um professor só ajudou a amadurecer", avalia Isabel Santana, da Fundação Itaú Social.

Ao resolverem a mesma prova de matemática, a nota dos que se mantiveram com o polivalente foi de 7,8. Quem teve um docente especialista conseguiu 5,4. Enquanto o Ideb dos anos finais do ensino fundamental subiu 0,2 ponto nas escolas públicas do País (de 3,7 para 3,9), o da cidade do Rio foi de 3,6 para 4,4.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 18/08/12
Assunto: Superlotação nas salas de aula compromete a qualidade do ensino		Página: Online



Superlotação nas salas de aula compromete a qualidade do ensino

Segundo especialista, número recomendado é de 13 alunos na creche, 22 na pré-escola e 30 nas turmas do Ensino Fundamental e Médio

Sobram vagas em algumas escolas, enquanto em outras instituições as salas estão lotadas. Não é fácil resolver essa equação, mas especialistas são unânimes em ressaltar que a superlotação compromete a qualidade do ensino. De acordo com o professor Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente da ONG Todos pela Educação, observa-se um crescimento assimétrico das grandes cidades, com os bairros pequenos crescendo devido aos programas sociais, mas nem sempre se pensa na oferta educacional quando se constroem os prédios populares.

“No âmbito da Campanha Nacional pela Educação, um movimento que existe desde 1999 e luta pela oferta de um ensino público de qualidade, fizemos há três anos um estudo sobre qual seria a quantidade ideal de crianças nas salas de aula, e concluímos que esse número é de 13 alunos na creche, 22 na pré-escola e 30 nas séries de Ensino Fundamental e Médio. O estudo, que tem parecer do CNE, foi adotado e utilizado nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, mas é apenas uma recomendação, a quantidade de vagas pode aumentar ou diminuir dependendo da instituição. A superlotação não é ideal em lugar nenhum do mundo. Sou professor de Química, já dei aula para turmas cheias e é muito desgastante para o professor, além de prejudicar o aprendizado”, ressalta.

O professor Renato Geffer, diretor do Colégio Estadual José Elias, localizado na cidade de Rio Branco do Sul, interior do Paraná, percebe diferenças entre as notas dos alunos que estudam nas salas mais cheias e mais vazias. “As notas dos estudantes que estão em salas com 40 pessoas são mais baixas do que as que ficam em salas com 25 pessoas. Se a criança tem dificuldade para aprender, o professor não consegue dar mais atenção em uma turma cheia. O ideal é de 25 a 30 alunos na sala, dependendo da metragem, assim o aprendizado é melhor”, explica.

Alex Trentino, coordenador do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), também defende a diminuição do número de alunos nas salas de aula. “Em uma turma menor, o contato do professor com o aluno é facilitado. Em uma sala lotada, o professor não consegue acompanhar os alunos de maneira adequada, aí os estudantes ficam desestimulados e muitos até saem da escola. A turma cheia também obriga o professor a falar mais alto, e isso pode acarretar problemas de saúde, como calo nas cordas vocais”, ressalta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que começou ser analisado no Congresso Nacional em 2011, está a universalização do atendimento escolar de crianças de 4 e 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos até 2016. Até 2020, o PNE prevê ainda a ampliação em 50% do atendimento das crianças de até três anos. A Emenda Constitucional nº 59, aprovada em 2009, já determinava a ampliação da obrigatoriedade do ensino a todas as etapas da educação básica. Assim, a escolarização básica obrigatória que antes era dos 6 aos 14 anos passa para a faixa etária dos 4 aos 17 anos de idade.

O Brasil tem 3,5 milhões de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em instituições públicas, de acordo com dados do Censo Escolar de 2010, o que representa quase 75% dessa faixa etária. Nas creches, o censo de 2010 aponta a matrícula de 1,3 milhão de crianças com menos de 4 anos, o que significa 18% da população de 0 a 4 anos no Brasil. Carlos Eduardo Sanches, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e integrante do Conselho Estadual de Educação do Paraná, ressalta que para ampliar as matrículas, as redes terão que fazer um investimento muito grande. “A grande discussão é ampliar o número de vagas. O Governo Federal está fazendo convênio para construir 6000 escolas, o que faltar, as prefeituras vão ter que se virar para levantar. De onde virá o dinheiro para isso? Acho que vai ser difícil cumprir a lei”, di



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário de Notícias (Criciúma)

Editoria: Regional

Data: 18e19/08/12

Assunto: Educação - Ideb

Página: 18

Diário *de* Notícias

Educação1 - IDEB



Foi notícia nacional esta semana a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nos anos iniciais (4º ao 5º ano) Cocal do Sul tem nota 6, sendo que a meta dada pelo Ministério da Educação (MEC) era 5,3. Nos anos finais (8º ao 9º ano) o município tem nota 4,8, igual a meta estipulada pelo MEC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Educação 2 - escolas

A escola municipal que mais se destacou no IDEB foi a Cristo Rei com média 6,1 nas séries iniciais e 4,9 nas finais. Mais o Schuller, que é estadual, teve as maiores notas. Séries iniciais: 6,4. Séries finais: 5,3. Parabéns aos professores.

Educação 3 - professores

Só para não se esquecer, os professores são os principais responsáveis pelo bom IDEB da cidade. Os mesmos professores que estão em busca de valorização da carreira e vivem esbarrando em um governo sem visão para educação. Falo isso no geral: País, Estado e Município!

Educação 4 - MEC

Após a divulgação dos IDEB no Brasil o MEC anunciou que pretende mudar o currículo do Ensino Médio brasileiro. A ideia é que as 13 disciplinas sejam distribuídas em apenas quatro áreas (ciências humanas, ciências da natureza, linguagem e matemática).

Educação 5 - fica dica

Um aluno aprende quando entende que aquilo será útil para sua vida. Um aluno decora quando tem que tirar nota em provas. O que estamos avaliando? Vale a pena pensar!



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN Portal

Data: 19/08/2012

Assunto: Ideb

Página: 2/3

ANOTÍCIA

À frente no Ideb

Outra forma de avaliar o desempenho de Joinville é a comparação com as demais cidades do mesmo porte: a cidade catarinense fica em primeiro lugar entre os 21 municípios das regiões Sul e Sudeste com população entre 400 mil e 700 mil habitantes. São dados sobre escolas públicas.

A vantagem

O Ideb não trouxe dados municipais sobre ensino médio. Se apresentasse, haveria parâmetro para saber se os joinvilenses chegam com vantagem no ensino superior, nível que tanto tem crescido na cidade – em dez anos, o número de universitários passou de 10,6 mil para 28 mil (incluída a pós, nos dois casos).

Sem comparação

A nota de Joinville nas séries iniciais foi de 6,2. Apenas São José de Rio Preto (SP) passou de 6, com 6,1. Nas séries finais do ensino fundamental, Joinville obteve 5,2. Nenhuma das demais vinte cidades passou de 5. Mas a leitura seria melhor se fossem apresentados dados do ensino médio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Informe Econômico

Data: 20/08/2012

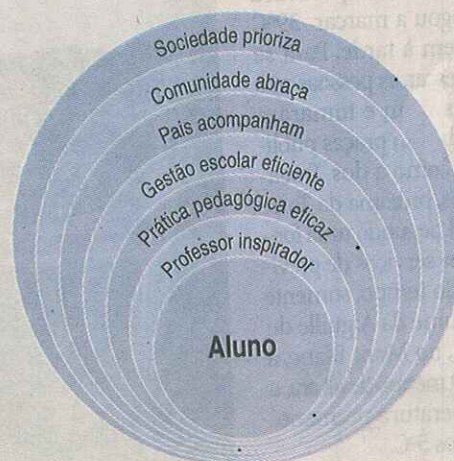
Assunto: Qualidade da educação

Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

Qualidade da educação

Animado com o primeiro lugar conquistado por Santa Catarina no Ideb, índice nacional de educação básica, o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, está confiante de que é possível avançar mais. Afirma que educação de qualidade depende não só do professor e do aluno, mas de todos. Ele criou até o Círculo da Qualidade da Educação (abaixo), que tem no centro o aluno.





Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Editorial

Data: 19/08/2012

Assunto: Além da reforma curricular

Página: 16

DIÁRIO CATARINENSE

ALÉM DA REFORMA CURRICULAR

Em resposta à baixa qualidade do ensino médio no país, evidenciada mais uma vez pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica divulgado na última terça-feira, o Ministério da Educação anunciou para este ano a conclusão de sua proposta de reformulação do currículo para a rede pública. A ideia do ministro Aloizio Mercadante é transformar as atuais 13 disciplinas obrigatórias em quatro áreas de conhecimento – ciências humanas, ciências da natureza, linguagem e matemática. Assim, em vez de aulas específicas de física, química e biologia, por exemplo, os alunos receberiam esses conteúdos de forma integrada na área de ciências da natureza. Na visão do governo, o excesso de disciplinas sobrecarrega os estudantes, dificultando a compreensão e provocando evasão e repetência.

A reformulação curricular é bem-vinda, mas a questão do insucesso no ensino médio certamente não se restringe ao número de disciplinas ou à carga excessiva. Pelo contrário, muitos especialistas acham que os estudantes brasileiros até são pouco demandados, principalmente na comparação com países que têm carga horária maior ou mesmo tur-

O currículo é importante, mas fica em segundo plano diante do fator humano. De nada adianta formular parâmetros curriculares maravilhosos se não tivermos profissionais preparados para ministrá-los.

no integral. O grande desafio não é reduzir o número de disciplinas. É elaborar um currículo significativo, que faça sentido para os jovens e que efetivamente os prepare para a continuidade no estudo ou para a vida profissional.

A escola precisa se tornar mais atrativa para a garotada, sem se transformar em parque de diversões. Além da reforma curricular, cabe ao Ministério da Educa-

ção investir mais na formação e na valorização dos docentes, desenvolvendo um programa efetivo de avaliação de profissionais, até para que possa reconhecer adequadamente aqueles que mais se dedicam à qualificação do ensino. Assim como existe o Ideb para avaliar quem aprende, é importante desenvolver um sistema de aferição de quem ensina, também de conhecimento da sociedade, para que todos os agentes sociais possam se envolver no aperfeiçoamento do sistema.

Diretores e professores competentes – bem formados, bem remunerados e com boas condições de trabalho – são o principal pré-requisito para a educação de qualidade. O currículo é importante, mas fica em segundo plano diante do fator humano. De nada adianta formular parâmetros curriculares maravilhosos se não tivermos profissionais preparados para ministrá-los. O foco da educação deve ser o aluno, mas o elemento deflagrador do processo educacional é o professor.

Um bom educador passa por cima de currículos ruins, supera a falta de infraestrutura, enfrenta a indisciplina e abre oportunidades de vida melhor para seus discípulos. Por isso precisa ser reconhecido e valorizado, mas também acompanhado e cobrado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 18e19/08/2012
Assunto: Valorização do professor		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Valorização do professor

ALESSANDRO ALMEIDA
Historiador

Nos últimos dias, presenciamos a discussão em torno dos índices de ensino nas escolas públicas do município. Escolas apresentando índices que, na pior das hipóteses, não apresentam de forma prática o valor simbólico a que foram concebidas.

Ao mesmo tempo, especialistas em educação comparam nossos números com os de países desenvolvidos.

Mas esses especialistas, de maneira alguma, fazem qualquer ressalva quanto à valorização do professor por parte das comunidades escolares.

Em países desenvolvidos, as salas de aula são um ambiente de alta tecnologia, com professores com ótima formação continuada, salários respeitados. As comunidades escolares desses países também sabem qual a importância do professor no cotidiano, na formação e, principalmente, no desenvolvimento do cidadão.

Já nós, em um país subdesenvolvido, deparamos constantemente com comunidades escolares agredindo de forma primitiva aqueles que, com muita paciência, nos ensinam ou nos ensinaram a ler, escrever, somar, dividir etc.

Então, senhores especialistas em educação, não basta que nossos mestres tenham salários dignos, ambientes tecnológicos e boa formação continuada.

Acredito que, antes dessas reivindicações, é necessário uma valorização por parte das comunidades escolares e que essa mútua valorização se transforme no verdadeiro respeito, para que o professor seja reconhecido como um profissional importante para o verdadeiro desenvolvimento social.

Constantemente, vemos comunidades escolares agredindo de forma primitiva aqueles que, com muita paciência, nos ensinaram a ler



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Opinião

Data: 18e19/08/2012

Assunto: Estágio, um ato educativo importante para o país

Página: 11

Notícias do Dia

Estágio, um ato educativo importante para o país



Natalino Uggioni

Superintendente do IEL/SC
(Instituto Euvaldo Lodi)

O desenvolvimento do Brasil depende da oferta de recursos produtivos e dos ganhos de produtividade. Os países que crescem mais rapidamente são aqueles que têm capital humano qualificado, o que tem sido um problema para o Brasil. Apenas 30% da população brasileira tem ensino médio completo, sendo que nos Estados Unidos esse número chega a 90% e na Alemanha a 80%. A média de tempo de estudo da população adulta é de 7,2 anos, o que significa ensino fundamental incompleto. No conjunto dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil só ganha da Índia quanto à escolaridade de sua população.

Em Santa Catarina, atualmente metade dos trabalhadores da indústria não tem a educação básica completa, o que corresponde a quase 400 mil pessoas. A educação tem sido um dos fatores críticos para a competitividade industrial, por isso é uma das prioridades do Sistema Fiesc. Até 2014, a meta da entidade é duplicar o número de matrículas em formação profissional do Senai, triplicar o número de matrículas de jovens e adultos do Sesi e ampliar o número de estudantes inseridos no campo do estágio por meio do Instituto Euvaldo Lodi.

Conforme aponta a lei, o estágio é um ato educativo. Quando bem realizado, é um processo de aprendizagem indispensável para quem

deseja preparar-se para enfrentar os desafios de uma carreira profissional, além de ser uma oportunidade para as empresas selecionarem seus novos talentos e desenvolverem os profissionais do futuro.

Como agente de integração do Sistema Fiesc, o IEL/SC (Instituto Euvaldo Lodi) vem implementando ações para melhorar a qualidade do estágio, acreditando na importância da atividade para o crescimento do país. Dentre as iniciativas estão o Fórum de Estágio de Santa Catarina, onde são discutidos assuntos relevantes e pertinentes à prática, e o Prêmio Catarinense IEL Melhores Práticas de Estágio, realizado pelo sétimo ano consecutivo em parceria com o MCE (Movimento Catarinense para Excelência) com o objetivo de valorizar os bons programas de estágio das empresas catarinenses. Com isso, buscamos gerar ambientes com mais qualidade e agregação de valor para os alunos realizarem estágio no Estado.

Atualmente, mais de 3 mil estudantes catarinenses fazem estágio por meio do IEL/SC, sendo quase 500 no Sistema Fiesc. É nesse contexto que neste sábado homenageamos todos os estagiários pela passagem do seu dia, valorizando tanto as empresas que abrem as oportunidades quanto os estudantes, que acreditam na contribuição que a atividade traz para sua formação pessoal e profissional.

“
Buscamos gerar ambientes com mais qualidade e agregação de valor para os alunos realizarem estágio no Estado.
”

▶ Para manifestar sua opinião em artigos ou cartas, envie textos para opinioao@noticiasdodia.com.br ou redacao@noticiasdodia.com.br. Artigos, com 2.500 caracteres e devem ser acompanhados do nome do autor, e-mail ou telefone e foto.